



# Silenciamento e Línguas de Sinais: memória e produção de conhecimento

Silence and Sign Languages: memory and production of  
knowledge

DOI 10.20396/lil.v26iEspecial.8671139

**Élcio Aloisio Fragoso<sup>1</sup>**  
UNIR

**Angela Corrêa Ferreira Baalbaki<sup>2</sup>**  
UERJ

## Resumo

O artigo pretende discutir a produção de conhecimento sobre as línguas de sinais e o silenciamento imposto a essas línguas em dada historicidade. Em perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso materialista, o segundo Congresso Internacional de Educação de Surdos, realizado em Milão (1880), considerado um acontecimento discursivo, é tomado como um ponto de virada para (re)tomar o debate entre línguas cuja materialidade se dá de forma distinta.

**Palavras-chave: Silenciamento; Línguas de Sinais; Produção de Conhecimento.**

## Abstract

The article aims to discuss the production of knowledge about sign languages and the silencing imposed on these languages in a given historicity. In a theoretical-methodological perspective of materialist Discourse Analysis, the second International Congress on the Education of the Deaf, held in Milan (1880), considered a discursive event, is taken as a turning point to (re)take the debate between languages whose materiality takes place differently.

**Keywords: Silence; Sign Languages; Knowledge Production.**

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, lotado no Departamento Acadêmico de Línguas Vernáculas (DALV), área de Letras/Linguística, Campus de Porto Velho. É docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Letras (PPGML/UNIR).

<sup>2</sup> Professora Associada de Linguística do Departamento de Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista do Programa Prociência – UERJ/FAPERJ (2020-2022).



*O silêncio é assim a “respiração”  
(o fôlego da significação).  
(Eni Orlandi, 1995)*

## Introdução

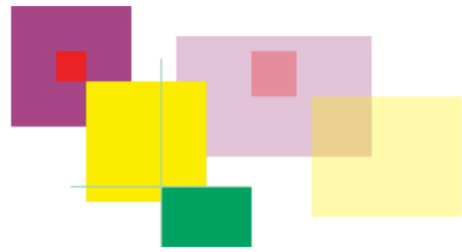
Nosso artigo pretende abordar a noção de silêncio tal qual formulada por Eni Orlandi em *“As formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos”* e sua relação possível com os movimentos na história ao considerar a produção de conhecimento sobre línguas de sinais.

Ao longo do livro, deparamo-nos com uma série de assertivas. “Não se pode pensar o sentido sem silêncio” (ORLANDI, 1995, p. 173) que nos fizeram deslocar de certas formulações sobre as línguas de sinais. Continuemos com outros trechos. “E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso” (ORLANDI, 1995, p.31). O silêncio, impossível de ser dito, permite o movimento dos sentidos. Movimentos que se dão mesmo em línguas cuja materialidade não é a oralidade?

Com essa e tantas outras questões, propomos discutir a produção de conhecimento sobre línguas de sinais. Línguas que foram interdidas durante décadas na educação de sujeitos surdos. Nosso artigo propõe tratar da relação entre silêncio e memória tal como produzidos no Congresso Internacional de Educação de Surdos, realizado em 1880, e de suas reverberações. Além disso, propomos pensar as condições teóricas e metodológicas acerca da produção de conhecimento sobre tais línguas. Por fim, retomamos alguns aspectos da história das ciências, tal como apresentada por Pêcheux (1989), de forma a refletir sobre a produção de conhecimento sobre línguas de sinais.

## Silêncio e memória: vislumbres do Congresso de Milão

O diretor do instituto de educação de surdos de Milão, um padre ouvinte chamado Giulio Tarra, foi designado para coordenar e regular o trabalho durante o 2º Congresso



Internacional de Surdos, em 1880, ocorrido em Milão. Tarra<sup>3</sup> era conhecido por ser um defensor do oralismo. De acordo com o Oviedo (2006), durante suas intervenções, Tarra posicionou-se contra o gestualismo.

A seguir, baseados em Lane (1992), inserimos trechos recortados de um panfleto distribuído por Tarra entre os participantes do evento:

[...] o discurso vivo é um privilégio do homem, o único e exato veículo do pensamento, uma dádiva de Deus, da qual se tem dito: o discurso é a expressão da alma, assim como a alma é a expressão do pensamento divino [...] O discurso oral é o único poder capaz de reacender a luz que Deus introduziu no homem quando, ao lhe conceder uma alma num corpo físico, deu-lhe também os meios para compreender, para conceber e para se exprimir... por um lado, os sinais mímicos não são suficientes para exprimir o conteúdo do pensamento, por outro, enaltecem e glorificam fantasias e todas as faculdades do sentido de imaginação... A fantástica linguagem gestual exalta os sentidos e fomenta as paixões, ao passo que o discurso eleva a mente de forma muito mais natural, com calma, prudência e verdade. (LANE, 1992, p. 111).

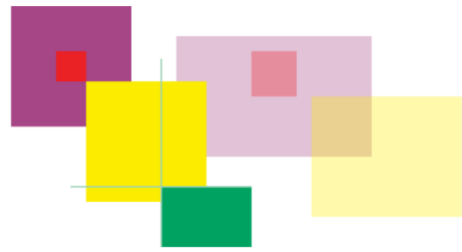
No trecho, observamos a equiparação da oralidade à experiência metafísica (divina) ao passo que se considera o gesto uma manifestação carnal e impura. Dito de outra forma, a oralidade seria a condição da racionalidade, enquanto a “linguagem gestual” (“os sinais mímicos”) seria relacionada às paixões<sup>4</sup>. Analogamente, aponta que o corpo sem o espírito para nada serviria, assim como o surdo sem a oralidade seria inútil.

A incompletude dos “os sinais mímicos” que “não são suficientes para exprimir o conteúdo do pensamento” – podem ser compreendidos como uma ilusão referencial, que considera que haveria uma relação direta entre pensamento/linguagem/mundo (*cf.* PÊCHEUX, 1988). Assim, a condição da interdição se coloca como uma saída viável: seria necessário proibir esse tipo de linguagem e substituí-la pelo “discurso vivo”, já que esse seria “o único e exato veículo do pensamento”.

---

<sup>3</sup> Giulio Tarra foi padre e diretor (de 1855 até a sua morte) do Instituto dos surdos-mudos de Milão. Primeiro seguiu o método gestual do abade francês Ch.-M. de L'Épée e, depois, o método oral. Foi autor das Notas Históricas e exposição resumida do método seguido para a instrução dos surdos-mudos (1880).

<sup>4</sup> Conforme assinala Lane (1992), Tarra, no Congresso, teria explicado que “quando um surdo-mudo confessa um ato injusto através de sinais, reativam-se as sensações que acompanham o ato. Por exemplo, quando uma pessoa surda confessa através de sinais que estava zangada, a paixão detestável regressa ao pecador o que certamente não ajuda na sua recuperação moral. Por outro lado, através da fala, o penitente surdo-mudo reflete sobre o mal que cometeu e nada estimula a paixão de novo” (p. 111).



Em outro trecho do panfleto de Tarra, desta vez baseando-nos em Mirzoeff (1995), podemos verificar maior ênfase ao caminho da interdição de um modo de dizer outro:

O gesto não é a verdadeira linguagem do homem. O gesto, em vez de abordar a mente, aborda a imaginação e os sentidos. Assim, para nós, é uma necessidade absoluta proibir essa linguagem e substituí-la pela fala, o único instrumento do pensamento humano. (MIRZOEFF, 1995, p. 179 – tradução livre)

Banir os gestos seria condição de racionalidade concomitantemente disciplinaria o sujeito surdo. Seria uma forma de controle por meio de uma modalidade de língua posta como aquela da racionalidade e, portanto, superior.

Durante o Congresso de Milão, foram votadas oito resoluções sobre as indicações para a educação de surdos. Em trabalho que buscou analisar as atas do evento, Baalbaki e Caldas (2011) assumem que o Congresso de Milão pode ser considerado “um acontecimento discursivo, pois reivindica para a ciência o saber sobre as línguas, sobre o corpo, sobre a educação e filia a oralidade a uma nova ordem de discurso: o saber científico moderno” (p. 1890). E complementam as autoras “Embora o congresso tenha filiado a oralidade a uma nova ordem do discurso, as línguas de sinais, silenciadas, puderam, por deslocamentos, ambiguidades, criar pequenas fissuras nesse bloco pretensamente homogêneo de sentidos” (p. 1890).

Retomamos, a contribuição de Orlandi (1990) sobre a política do silenciamento. Para a autora, é pelo silenciamento que “um discurso diz para não deixar que se digam as ‘outras’ palavras” (ORLANDI, 1990, p. 122). Ou poderíamos complementar, para não deixar que se digam em outras línguas. Assim, domina-se também por meio do apagamento de uma língua. Contudo, o “silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica da dominação como da retórica da resistência” (ORLANDI, 1995, p.31).

Orlandi (2002) afirma que o esquecimento é uma das formas do político relacionar-se com a memória. Cabe frisar que a memória discursiva é compreendida por ser constituída por lembrança e esquecimento. Trata-se do que é trazido à lembrança e que silencia outras versões de um mesmo acontecimento. Portanto, o que é esquecido pode propiciar a ruptura de uma rede de sentidos. Embora os sentidos que constituam a memória sejam muitos, apenas alguns são fixados por determinadas condições de produção de sentidos e, portanto, tidos como literais (a ideologia toma determinado sentido como evidência e fixa-o na memória). Contraditoriamente, como lembra Mariani (1998), a rede de sentidos é tecida por



resistência, ambiguidades, deslocamentos. No caso, as oito resoluções do Congresso de Milão foram tomadas pelos surdos, após décadas, como um retrocesso e não como uma novidade advinda com a modernidade – o sentido pode sempre ser outro.

A fixação de uma interpretação do acontecimento - como o Congresso de Milão - sobre as outras, impede seu esquecimento. Ainda segundo Mariani (1998): “não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória ‘oficial’” (MARIANI, 1998, p. 36). Os sentidos silenciados podem redirecionar os hegemônicos.

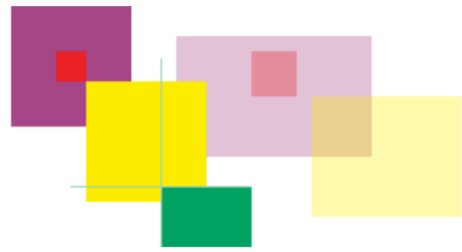
Embora seja lícito atribuir à memória o espaço da reprodução homogênea de determinados sentidos produzidos por formações discursivas hegemônicas em dado período, parece ser lícito, também, considerar que ocorre um “silenciamento” temporário dos sentidos excluídos. Se a memória histórica fosse assim tão radicalmente plena e homogênea, seríamos sujeitos condenados (como a mitológica ninfa Eco) a repetir de modo infundável sentidos imutáveis (MARIANI, 2003 [1993], p. 41).

Há também um esquecimento provocado pela censura, ou seja, o silenciamento. É nesse ponto que Orlandi (2002) também pensa o sujeito em relação à memória. Quando a censura intervém, o acontecimento escapa a inscrição, não porque é absorvido pela memória, mas porque é tido como não ocorrido. Silencia-se: a) porque é preciso esquecer para que o novo sentido apareça; b) porque é preciso esquecer para impedir que o novo sentido apareça.

Os sentidos silenciados, contudo, não desaparecem. Mariani (1998) salienta o furo na materialidade que esburaca a repetição vertical comparece; resiste à homogeneização, à planificação. E aí reside a resistência.

Como os processos históricos de significação estão sempre em movimento, os sentidos podem ser ressignificados ou de-significados – “significando pela censura e pela interdição” (ORLANDI, 2002, p. 47). Por muito tempo (e talvez ainda na atualidade), as línguas de sinais sejam de-significadas por ser a língua de sujeitos que carregam a designação histórica de “anormais”. O que é trazido à lembrança, silencia outras versões de um mesmo acontecimento, e o que é esquecido pode propiciar a ruptura de uma rede de sentidos [...] (BAALBAKI; CALDAS, p. 2011, p. 1890).

Mais de um século após a realização do Congresso de Milão, entre resistência e deslocamentos, como se deu a produção de saber sobre as línguas de sinais considerando as “contradições constitutivas das relações de sentido” (MARIANI, 1998, p. 35)?



## **Língua de sinais: uma questão de teoria e método**

De nossa perspectiva teórica, pensamos que a linguagem gestual não constitui o passado das línguas de sinais, nem que estas últimas seriam a evolução natural daquela primeira. Para nós, o ponto nodal consiste em verificar o modo como o objeto língua produz sentidos e o que se fala sobre ele em determinado momento da história. Estamos falando de como o conhecimento sobre este objeto se constitui, enquanto científico, na história das ciências da linguagem. É certo que as coisas colocadas assim podem parecer amplas demais, mas, por outro lado, estas colocações nos situam teórica e epistemologicamente no domínio da Análise de Discurso materialista.

Fazer a história deste objeto é uma ambição grande demais para os nossos objetivos neste texto que apenas pretende trazer algumas questões para os estudos sobre as línguas de sinais no contexto teórico-epistemológico da produção do conhecimento. É preciso refletir sobre o conhecimento para que, em nosso entendimento, se possa compreender o modo como este objeto está representado discursivamente na história. Deste ponto de vista, não é das línguas (de sinais) em si que estamos falando, mas, sim, de como este objeto está representado, levando-se em conta as ideias que estão postas em um determinado momento da história. Desse modo, a nossa própria concepção de ciência é outra também, quando entendemos a historicidade dessas ideias e o modo como elas estão postas.

É nesta direção que propomos refletir sobre as línguas de sinais, observando a produção do conhecimento sobre este objeto e o silenciamento posto a ele em detrimento de posições que legitimam as línguas faladas e as teorizações que delas são feitas a partir de ideias que organizam estas teorias sob diferentes filiações teóricas. Por isso, entendemos que pensar as ideias na história das ciências da linguagem seja um ganho teórico muito relevante.

De que forma estamos produzindo conhecimento sobre as línguas de sinais? De que perspectiva, entendemos o científico neste conhecimento? Estes questionamentos nos deslocam de noções como “descoberta”, “progresso”, “evolução” e, por outro lado, coloca-nos em outra relação com a história destas línguas e do conhecimento que se produz sobre elas.

E aqui chegamos aos estudos sobre silenciamento de Orlandi (1995). Refletir sobre o silêncio e suas diferentes formas no movimento de sentidos é muito produtivo quando



pensamos na história das línguas de sinais e nos seus equívocos. Na década de 80 do século XIX, o que o Congresso de Milão diz sobre as línguas de sinais, por um lado, para silenciar, por outro lado, em termos da educação dos sujeitos surdos?

O acontecimento deste Congresso explicita sentidos da formação discursiva dominante, relativamente ao ensino das línguas faladas, naturalizadas e consideradas as línguas em que se devia ocorrer o ensino. Mas, ao mesmo tempo em que este acontecimento explicita sentidos que silenciam as línguas de sinais nas instituições, ele também torna possível que estas línguas signifiquem, deslocando-se do espaço de memória no qual ele irrompe.

## Língua de sinais, conhecimento e história

Não pensamos que a história de uma língua seja linear, cronológica nem que ela seja feita de fatos que se sucedem logicamente no tempo. É necessário descrever não somente as relações de sucessão, mas também as relações de contiguidade, conforme nos diz Auroux (2008). Não é tão evidente assim sabermos o que é científico e o que não é quando falamos sobre a história do conhecimento linguístico, em particular. Que relação existe entre tratar da história de uma língua e tratar da história das ciências da linguagem? Para nós, trata-se de duas coisas diferentes, mas há relações entre elas. O caminho, a nosso ver, é compreender como a ciência está representada em estudos acerca da linguagem, considerando que a ciência materializa efeitos de sentido, historicidade que o analista estuda. Essa premissa, para nós, significa dizer que fazer a história das ciências da linguagem não consiste em descrever as descobertas que tomavam lugar na linha temporal da evolução “da” ciência (AUROUX, 2008). O conhecimento produzido em certo momento não pode ser visto em sua temporalidade somente. A temporalidade não deve ser considerada simplesmente uma dimensão na qual os objetos ocorrem ou são representados. É uma evidência supor que o acesso ao conhecimento se faça no tempo. Auroux (2008) vai nos dizer que esta ideia de uma temporalidade dos conhecimentos, os clássicos tematizaram graças à noção de “progresso”. O autor acrescenta:

Na segunda metade do século XX, criticou-se muito esta noção no que ela tinha de unilateral e de universal. O progresso permanece como categoria sob a qual os homens, em um dado momento, pensaram em inscrever as suas atividades, ela é a chave da temporalização, e por conseguinte, da historicização da ciência.





O fato de que haja progresso supõe que nos tempos anteriores não se podia ter acesso aos mesmos conhecimentos; o passado da ciência não tem a mesma consistência que o seu presente (AUROUX, 2008, p. 144).

Entendemos, assim, com Auroux (2008), que esta noção de progresso sustenta a evidência de que o conhecimento se faça no tempo e de que o conhecimento científico é dotado de unidade. Ela é a chave da temporalização e da historicização da ciência. Os conhecimentos linguísticos produzidos em um determinado momento têm uma historicidade. Mas tratar dessa historicidade requer que demos a ela um caráter material. Desta perspectiva, é fundamental que observemos os objetos teóricos, isto é, o modo como são construídos, enquanto objeto de conhecimento.

De toda forma, é preciso que disponhamos de uma metodologia para tratarmos desta questão teoricamente. Inscrevendo-nos na metodologia da pesquisa da história das ciências da linguagem, queremos refletir sobre o silenciamento que a própria linguística impôs às línguas de sinais dado o sentido do que era concebido como científico, relativamente à definição de seu objeto de estudo, ao mesmo tempo em que fora a mesma linguística que as reconhece como línguas. Partir da evidência do que está posto como científico para a linguística é negar a historicidade do que é concebido por Saussure como língua e figurar o estudo deste autor como descoberta real, sem relação nenhuma com outros estudos. Em outras palavras, é colocar os estudos linguísticos numa história evolutiva em que teríamos o antes como pré-científico e a partir da linguística o científico real. O que está posto como científico neste dado momento da história? Esta concepção científica de língua imposta pela linguística, determina sentidos do que é e o que não é uma língua, estabelece dicotomias, enfim confere o estatuto científico a um estudo sobre a língua. É como se o científico impusesse como verdade que a língua é aquilo mesmo que ele dizia que era. Não estamos com isso pretendendo rever esta história e tampouco querendo tirar a linguística desse discurso científico progressista. Estamos somente assinalando o modo como este científico está formulado na linguística, ao definir a língua como seu objeto de estudo real.

Esta concepção de descoberta e progresso sobre a ciência é que domina neste determinado momento da história e mesmo nos dias de hoje. A linguística inscreve seu objeto nessa noção de progresso, ao se instituir como uma disciplina científica. Entretanto, encontramos na história das ciências da linguagem um método que possibilita ler a história de outra maneira, isto é, como interpretação. Nesta direção, o objeto não é visto como um





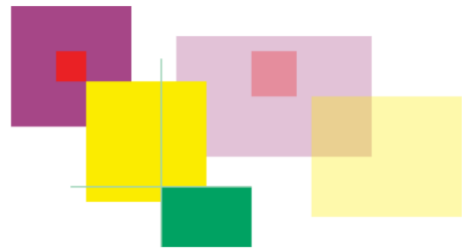
objeto real, mas como objeto de conhecimento. E este não é visto como verdade e como tendo uma unidade de sentido, mas sim como interpretação, que para nós, é ideológica.

Na história das línguas de sinais, podemos observar – como já exemplificado com o Congresso de Milão, realizado em 1880 – como a noção de progresso organiza as ideias linguísticas desse determinado momento em relação à superioridade das línguas faladas sobre as línguas de sinais, consideradas gestuais. Portanto, os gestos estariam associados a um retrocesso na evolução natural da linguagem. Essa afirmação, a nosso ver, atualmente, ainda ressoa no discurso científico da linguística, quando, esta, mesmo teorizando o estatuto de língua para os sinais produzidos pelos surdos, coloca em dúvida se estas línguas têm gramática ou não? Observamos também no discurso do Congresso de Milão uma filiação à posição naturalista, biológica da linguagem, caracterizada por uma evolução natural. Essas formulações são como se dá a historicização da ciência neste determinado momento.

Vemos neste Congresso um silenciamento, uma política do sentido, como nos diz Orlandi (1995, p. 75), “Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. Ou seja, silencia-se a língua de sinais em detrimento de um dizer dominante, naturalizado, ligado à oralidade. A instituição de um sentido único naturaliza ideologicamente o que é, na verdade, historicamente determinado. Para Orlandi (1995), a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Assim, perguntamo-nos: o que se diz e o que não se diz no Congresso de Milão? Um sentido é constituído e outros são excluídos. Esta é a política do silêncio. Na constituição de um sentido que defende o oralismo como a única forma de educar os surdos também estão presentes, na forma do que não está dito, as línguas de sinais em sua materialidade. Esta materialidade constitui a historicidade própria desta língua. Ela não desaparece, ela é silenciada. Há uma política inerente ao dizer da qual o silêncio é constitutivo. Orlandi (idem) prossegue nos dizendo:

Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (ORLANDI, 1995, p. 76).

A evidência biológica, imposta como natural, de que o sujeito deve falar coloca-se fortemente tendo em vista este acontecimento discursivo do Congresso de Milão (1880). No



século XIX, temos, então, o conhecimento linguístico organizado em torno de uma certa concepção de história, que estabelece o método de estudo sobre a língua, constituindo um domínio desse objeto. Que modo de organização e de historicização da língua está representado por este conhecimento linguístico no século XIX? E o que este modo de historicizar a língua no século XIX tem a ver com os discursos produzidos no Congresso de Milão, de 1880 sobre as línguas de sinais?

Contraditoriamente, este modo de historicização da língua no século XIX produz o silenciamento das línguas de sinais, imposto como um não dito, política que estabelece a hegemonia das línguas faladas, dada a naturalidade de como são tomadas pelo conhecimento produzido sobre a língua neste dado momento da história.

Esta ideia de evolução descarta a possibilidade de ruptura/corte na história do conhecimento. É como se o conhecimento tivesse um anterior e um presente. E nos tempos anteriores não se podia ter acesso aos mesmos conhecimentos. O passado da ciência não tem a mesma consistência que o seu presente, diz-nos Aurox (2008). Tendo em vista esta perspectiva evolutiva dos estudos da linguagem, não é possível pensar que no século XIX outro conhecimento pudesse ser feito, a não ser aquele posto a partir do método histórico-comparativo. Portanto, nesta história evolutiva, o conhecimento científico sobre a linguagem surge como uma descoberta, sendo a história considerada como um passado pré-científico, invalidando, assim, o passado em favor do presente.

A noção de progresso desempenhou um papel considerável na historicização do conceito de ciência. Estamos pontuando isto para dizermos que é preciso refletir sobre o aparecimento da história das ciências. Pêcheux e Fichant (1989), discorrendo “sobre a história das ciências”, colocam:

Mostraremos, no exemplo escolhido (a eletricidade e o magnetismo), que esta concepção do desenvolvimento histórico dos conhecimentos científicos (quer como desenvolvimento demonstrativo, quer como absorção progressiva das ciências pela mecânica através de um processo quase biológico de adaptação), não explica as certas dificuldades de nascença, próprias ao campo teórico do exemplo considerado (PÊCHEUX, 1989 p. 23).

Pensamos que uma coisa que precisamos distinguir é entre o objeto da história de uma ciência e o objeto desta ciência. Em capítulo sobre “O problema da história das ciências”, Fichant (1989), citando Canguilhem em uma nota de rodapé, assinala que:



Depois destas lições, apareceu uma coletânea de artigos de Georges Canguilhem intitulada: “Études d’Histoire et de Philosophie des Sciences”. A sua introdução, inédita, trata do *objeto da história das ciências*, o que parece contradizer a nossa asserção. Mas é assaz notável que o autor tenha de início levantado a questão sob a forma da generalidade e da indeterminação de um “De quê; *De quê* uma história das ciências é uma história?” (p. 9), e declara em seguida: “O objeto do historiador das ciências não pode ser limitado senão por uma *decisão* que lhe determina o *interesse* e a importância” (p.18). Resumiremos a tese deste artigo:

1º) O objeto da história das ciências não é objeto da ciência;

2º) A relação da história das ciências com o seu objeto não é a relação de uma ciência com o seu objeto;

3º) E, no entanto, a história das ciências mantêm, com a ciência, uma relação ao mesmo tempo paradoxal e essencial. É esta relação que procuramos especificar nesta exposição (PÊCHEUX; FICHANT, 1989 p. 64).

Pêcheux e Fichant (1989), a nosso ver, estão filiados a domínios teórico-epistemológicos distintos de Auroux:

Isto significa ao mesmo tempo que o conceito de corte nada tem a ver como o projeto voluntarista de efetuar, na ciência, um <<salto>> fora da ideologia, nem com a conotação religiosa que inevitavelmente se liga a este projeto e os impossíveis <<heróis da ciência>> que ele implica. O nome de Galileu, para tomar o exemplo que aqui nos serve de fio condutor, é uma unidade mal escolhida, pois uma ciência não é o produto de um único homem. Galileu é o efeito, e não a causa do corte epistemológico que se designa pelo termo de <<galileísmo>> (PÊCHEUX; BALIBAR, 1989, p. 14).

Embora Pêcheux e Auroux tenham posições epistemológicas distintas, ambos têm um posicionamento contrário à noção de progresso como a chave da temporalização e, por conseguinte, da historicização da ciência. A nossa posição epistemológica define inteiramente as “respostas” que produzimos face ao nosso problema posto sobre as línguas de sinais. Em outras palavras, as nossas perguntas já são formuladas a partir de nossa posição epistemológica. Toda ciência recorta epistemologicamente seu objeto de estudo. De uma certa posição epistemológica, o sujeito vê materialmente o que sua ideologia teórica permite.

Sobre a posição epistemológica materialista de Pêcheux, em “O efeito do corte galilaico na física”, podemos ler na seguinte citação:

É, pois, chegado o momento de nos interrogarmos acerca da relação entre o materialismo da mecânica galilaica e o materialismo que acabamos de analisar.



Propomos a seguinte reposta: esta relação é idêntica à que existe entre o *real* teórico e o *imaginário*.

Por outras palavras, o materialismo dos cartesianos é um *materialismo imaginário*, *imaginário* no sentido de “que vai buscar o seu funcionamento às imagens”: mais precisamente, poder-se-ia dizer que se trata de um jogo de palavras entre *mecânica* e *mecanismo* (PÊCHEUX, 1989, p. 28).

Estas considerações teóricas nos ajudam a compreender o que significa tomar a língua de sinais como objeto, no Congresso de Milão (1880). O que significa este gesto? Como falar de um objeto contrariando o que é tomado como objeto dos estudos linguísticos neste dado momento da história? O que era possível falar sobre línguas de sinais e sobre seus falantes, tendo em vista o silenciamento posto para estas línguas, no século XIX?

Desse modo, os surdos e suas línguas de sinais foram silenciados na história. Entendidas como linguagens gestuais, as línguas de sinais têm sua própria materialidade, não se tratando simplesmente do uso de gestos criados para sinalizar algo. Tampouco concordamos com a ideia de que os gestos antecederam as línguas, numa evolução natural das mesmas. De nossa perspectiva teórica, a língua é a base comum para a realização dos processos discursivos (PÊCHEUX, 1988). Portanto, ela não é vista em sua evolução natural. Nem pensamos em uma gramática natural das línguas. Esta para nós, é um instrumento linguístico, uma tecnologia, produzida sobre a língua.

Não entendemos também que o Congresso de Milão tenha optado pelo método oralista tão somente em função de ensinar o oralismo para o surdo. Não é somente uma questão de método, mas sim, de pensarmos os sentidos postos com este oralismo, o que ele silenciava, isto é, a política do silêncio (ORLANDI, 1995) que ele (im)punha às línguas de sinais. Numa formação social dominada pela língua falada e sua escrita, a evidência dessa língua passa como natural, e o seu ensino, conseqüentemente como necessário. Qual espaço essas línguas de sinais poderiam ter nesta formação social? Nela, o sujeito surdo precisava ser “oralizado” como forma de inscrição em uma formação social baseada no capitalismo... A oralidade se apresenta como o sentido dominante, instituído por este Congresso.



## Considerações para um fechamento

Ao assumir que o método do gestualismo (francês) era arcaico, desatualizado havia um outro moderno que deveria ser seguido: o método oral (alemão). Dentre os vários filiados a uma formação discursiva oralista, podemos trazer Graham Bell<sup>5</sup> para ilustrar tal posicionamento. Pesquisador dos usos da eletricidade na transmissão de sons dedicou-se a pesquisas com aparelhos para correção da fala. Pêcheux (1989), ao tratar da ideologia e da história das ciências, salienta que o domínio das montagens instrumentais dispõe de um estatuto particular em que determinados acessórios – muitos deles elétricos – eram indispensáveis. Esses visíveis instrumentos científicos foram incorporados aos institutos de educação de surdos. Com efeito, encenava-se, no espaço escolar, a realização de experimentos científicos, ou melhor, encenava-se a produção da ciência enquanto se consumia novos aparatos – um efeito de modernidade.

Podemos observar várias vias que buscavam a oralização dos surdos:

O movimento a favor do oralismo puro, pela via religiosa, reconectaria os surdos a Deus por meio da palavra oral; pela via científica (por meio de pesquisas sérias) de caráter médico, deveria promover a integração do surdo por meio do método alemão – considerado moderno, com técnicas avançadas de oralização, e não mais o método francês, arcaico, antigo, sem base científica. Duas ordens distintas (a religiosa e a científica) que submetem o linguístico e o discursivo (MEDEIROS *et al*, 2020, p. 61-62)

Se a argumentação, pensada em relação à posição assumida pelo sujeito no Congresso de Milão foi a do oralismo na educação de surdos (ou da submissão do surdo à técnica para oralizar) e a interdição das línguas de sinais – consideradas meras mímicas –, podemos supor que a produção de conhecimento sobre essas línguas foi abandonada por algumas décadas. Consideramos que os efeitos de sentido produzidos com o discurso instituído com o Congresso de Milão acerca da educação e do ensino das línguas de sinais devem ser entendidos, conforme procuramos mostrar ao longo deste texto, em relação à formação discursiva dominante oralista. Esta é constitutiva desses efeitos de sentido.

---

<sup>5</sup> Com mãe e esposa surdas e pai especialista em problemas auditivos e instrutor de surdos, que desenvolveu método de pronúncia chamado de "fala visível", em 1872, Graham Bell abriu uma escola para alunos surdos na cidade de Boston (EUA).



Desenvolvemos também uma reflexão que possibilita pensar a história como interpretação, e nesse sentido precisamos compreender a (o gesto de) interpretação que está posta/o com este acontecimento quando pensamos na história das línguas de sinais e na produção do conhecimento sobre ela. Este acontecimento faz irromper sentidos outros sob a evidência de um sentido único que dominará a educação e o ensino de sujeitos surdos. A história das línguas de sinais e a história do conhecimento produzido sobre elas devem, de nossa perspectiva, serem entendidas ao mesmo tempo. Por isso, que neste texto teorizamos sobre a língua de sinais e sobre o conhecimento produzido sobre ela, de uma perspectiva em que a história não é meramente uma localização temporal, mas historicidade, produção de sentido, interpretação. E, portanto, a língua também é vista enquanto um objeto de conhecimento cujo modo de representação deste objeto considera a historicidade e a interpretação, não ficando simplesmente em concepções que naturalizam e situam o conhecimento no tempo. Compreendemos para finalizar o conhecimento enquanto discurso; produzido no entremeio de fôlegos de significação, isto é, de silêncio.

## Referências bibliográficas

AUROUX, S. **A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.

BAALBAKI, A. C. F.; CALDAS, B. Impacto do Congresso de Milão sobre a língua dos sinais. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2011. v. X, p. 1885-1895.

LANE, H. **A Máscara da Benevolência**: a comunidade surda amordaçada. São Paulo: Instituto Piaget, 1992.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Renavan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3ed. Campinas: pontes, 2003 [1993], p.31-41.

MARIANI, B. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 213-228.

MEDEIROS, V. *et al.* **Almanaque de fragmentos**: ecos do século XIX. Campinas: Pontes Editores, 2020.

MIRZOEFF, N. **Silent Poetry**: deafness, sign and visual culture in modern France. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

ORLANDI, E. **Terra à vista!** Discurso do confronto: velho e o novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.



ORLANDI, E. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

OVIEDO, A. **El 2do. Congreso Internacional de Maestros de Sordomudos**, celebrado en Milán, Italia, del 6 al 11 de Septiembre de 1880. 2006. Disponível em: <<https://docplayer.es/amp/14651743-El-2do-congreso-internacional-de-maestros-de-sordomudos-celebrado-en-milan-italia-del-6-al-11-de-septiembre-de-1880-1.html>> ; Acesso em 30 já. 2018.

PÊCHEUX, M.; FICHANT, M. **Sobre a história das ciências**. São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1989.

PÊCHEUX, Michel. Ideologia e história das ciências. In: PÊCHEUX, M; FICHANT, M. **Sobre a história das ciências**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, p.17- 57.

PÊCHEUX, M. O discurso: Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.